



ENTREVISTA

Paulo Roberto de Almeida¹

¹ Doutor em Ciências Sociais, Mestre em Planejamento Econômico e diplomata de carreira desde 1977. Foi professor no Instituto Rio Branco e na Universidade de Brasília, diretor do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI) e, desde 2004, é professor de Economia Política no Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Direito no Centro Universitário de Brasília (Uniceub). Como diplomata, serviu nas embaixadas em Berna, Belgrado e Paris, nas delegações em Genebra e Montevidéu e foi Ministro-Conselheiro na Embaixada em Washington (1999-2003). Foi também Assessor Especial no Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2003-2007). Desde janeiro de 2013 é Cônsul Geral Adjunto do Brasil em Hartford, Connecticut, EUA.

É editor adjunto da Revista Brasileira de Política Internacional e participa de comitês editoriais de diversas publicações acadêmicas. Dispõe de um site pessoal (www.pralmeida.org) e de um blog voltado para os mesmos temas que configuram seus interesses intelectuais (<http://diplomattizando.blogspot.com/>).

POLÍTICA EXTERNA E DIPLOMACIA PARTIDÁRIA NO BRASIL ATUAL

IA: InterAção

PRA: Paulo Roberto de Almeida

IA: Qual a sua avaliação da Política externa do Governo Dilma?

PRA: Existe uma política externa e uma diplomacia no governo Dilma Rousseff. A primeira não se distinguiu muito, ou praticamente nada, da política externa conduzida nos dois mandatos do presidente Lula, ou seja, significou uma continuidade conceitual, em suas grandes linhas, ainda que tenha representado certa diminuição no ímpeto para novas iniciativas e no impulso para projeções exageradas no plano internacional. A segunda, a diplomacia, foi certamente diferente, ainda que ambas tenham apresentado forte ênfase na chamada diplomacia presidencial, ou seja, o envolvimento direto do chefe de Estado com certos temas, embora com certa diminuição na intensidade das ações, como aliás ocorreu na transição de uma para outra política externa. Foram estilos diferentes, digamos assim, na maneira de conduzir a política externa e a diplomacia: um pouco diferentes entre si, mais na forma do que no conteúdo, ainda que continuassem pertencendo e aderindo, ambos, aos mesmos princípios e modos de funcionamento.

Cabe, portanto, examinar uma e outra em sua substância, e não apenas na forma sob a qual foram respectivamente desenvolvidas. Quando se diz que a política externa não se distinguiu muito entre os dois mandatos anteriores do presidente Lula (2003-2006, e 2007-2010) e o mandato da sucessora, é porque esta preservou basicamente as mesmas orientações, as mesmas linhas essenciais que

estavam em curso desde o início do primeiro mandato lulo-petista, do qual esta foi mera continuação, quando não foi uma simples projeção no tempo, por pessoas interpostas, da mesma política externa.

Cabe registrar, desde logo, que essa política externa e essa diplomacia foi muito bem recebida pelas correntes ditas progressistas da opinião pública, o que significa quase toda a academia, por ter sido considerada como bastante inovadora em relação às linhas anteriormente conhecidas da política externa brasileira, que era influenciada (se não determinada, em grande medida) pelo Itamaraty. Esta é a principal característica da política externa lulo-petista, da qual a política externa “dilmista” (se é possível, de fato, falar de uma) representa, como já se disse, mera continuidade.

A avaliação que se pode fazer, de uma e de outra, é portanto válida para todo o período lulo-petista e seus grandes traços são bastante conhecidos pelos observadores dos meios de comunicação, tanto quanto pelos analistas acadêmicos. Se trata de uma política que se pretende – numa espécie de classificação *pro domo sua*, ou seja, em causa própria – “ativa e altiva”, e que se quer soberana, ou mais exatamente defensora da soberania nacional. Como elogio em boca própria pode ser vitupério, digamos que ela se conforma a certos traços que seus próprios protagonistas selecionaram para si: uma diplomacia voltada para o Sul – como se uma orientação para o Norte constituísse um pecado original – e basicamente orientada a “mudar as relações de força” no cenário internacional, tido como prejudicial às novas aspirações do governo para o país.

Essa foi a intenção proclamada pelo anterior chefe de Estado, e confirmada pelo seu único chanceler mais de uma vez, que ainda acrescentava que se pretendia criar uma “nova geografia do comércio internacional”. Como ocorreu em várias outras esferas da vida nacional, e de suas políticas públicas, se pretendia romper com o universo anterior, considerado uma “herança maldita”

sob diversos aspectos, ainda que esta caracterização tenha mais de demagogia política do que de análise objetiva. Na política externa, em todo caso, as pretensões eram bastante ambiciosas, e em torno delas se mobilizou uma diplomacia que foi convidada a “vestir a camisa” do novo governo.

Em síntese, se acreditava que a ordem mundial anterior estava caracterizada por uma “extraordinária concentração de poder econômico, militar, político, ideológico, cultural” (e vários outros mais) nas mãos das antigas potências coloniais europeias e, principalmente, do império americano. Esta é a análise que o principal ideólogo daquela diplomacia – o ex-Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães – fez de maneira recorrente da situação internacional encontrada pela diplomacia lulo-petista no início do milênio, e que seus protagonistas e principais proponentes tentaram modificar. O caminho estaria numa aliança entre potências emergentes e países do Sul de maneira geral, para se opor a esse poder desmesurado do hegemonismo arrogante, de maneira a poder “democratizar as relações internacionais”, redistribuindo aquelas fontes de poder entre novos atores.

Este é o arcabouço mental, e o quadro conceitual, em torno do qual se construiu a política externa lulo-petista, e em função do qual se mobilizou uma diplomacia voltada essencialmente para esses grandes objetivos. As metas táticas para alcançá-los, pelo menos parcialmente, foram apresentadas, ao início daquele governo, como estando integradas por três prioridades: (a) reforço e ampliação do Mercosul e constituição de um espaço econômico integrado na América do Sul; (b) conquista de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas; (c) finalização das negociações comerciais multilaterais da Rodada Doha, com aquela orientação de aliança com os países do Sul, no sentido de criar a “nova geografia do comércio internacional”. Qualquer que seja a posição do observador jornalístico, ou do analista acadêmico, pode-se avaliar, então, se esses objetivos foram alcançados, ou cumpridos parcialmente, com base

na diplomacia mobilizada para atingi-los. Uma avaliação honesta diria que eles sequer foram arranhados, ainda que os adeptos dos governos lulo-petistas sempre terão motivos para se explicar quanto ao atingimento parcial daqueles objetivos.

Ainda que os fieis seguidores da causa companheira possam dizer, por exemplo, que o Mercosul “deixou de ser apenas comercial, para também ser político e social”, um critério honesto e objetivo de aferição teria de reconhecer que o Mercosul é, sempre foi, um tratado de integração comercial, e é isso que o define como instrumento de criação de um espaço econômico comum no cone sul. O Mercosul está mais próximo, hoje, das metas fixadas institucionalmente no Tratado de Assunção em 1991? Ou seja, um mercado comum? Sequer uma união aduaneira completa e uma zona de livre comércio acabada foram realizados; ao contrário, a convergência interna diminuiu, para não dizer que as divergências de política comercial, mas também em outras políticas setoriais, só fizeram aumentar ao longo dos últimos doze anos. O Mercosul é hoje uma sombra do que foi, e não se pode pretender que a adesão política de países tão pouco propensos ao livre comércio, quanto a Venezuela, a Bolívia e o Equador, o fará mais forte em seus objetivos essenciais, que continuam sendo aqueles estipulados no artigo 1º do TA.

Quanto ao assento permanente no CSNU é óbvio que a reforma da Carta das Nações Unidas e a ampliação do seu órgão de segurança não dependiam da postura assumida pelo Brasil, num processo tão complexo quanto a ascensão e declínio de novos atores nos cenários geopolíticos mundiais. Mas o ativismo da diplomacia lulista pode ter contribuído, também, para o acirramento da rigidez oposicionista de outros atores regionais, a começar pela própria Argentina, preocupação sempre mantida pela anterior diplomacia – a de FHC – para não causar, justamente, desacertos públicos numa questão que merecia iniciativas mais discretas e profissionais. Tampouco o terceiro objetivo dependia da

capacidade negociadora do Brasil, ou mesmo de seus muitos aliados no sistema de comércio internacional, mas não houve, nesse terreno, realismo suficiente para atuar nas duas vertentes: a do multilateralismo do sistema de comércio regido pela OMC, e o minilateralismo dos blocos e acordos comerciais de menor amplitude geográfica, e mais suscetíveis de serem implementados de modo mais rápido e com objetivos práticos mais bem definidos, ainda que mais limitados.

Quando o governo Dilma assumiu, porém, esses dois últimos objetivos já estavam praticamente “congelados”, e não cabiam mais iniciativas nesses dois terrenos, embora a via do minilateralismo comercial estivesse sempre aberta para novas iniciativas brasileiras, muito embora o Mercosul pudesse ser, como é, de fato, uma espécie de “pedra no sapato” para a busca de acordos comerciais regionais. Não que o Mercosul possa ser infenso a acordos de liberalização comercial com outros países e blocos comerciais, mas é que a postura de alguns de seus sócios – nomeadamente a da Argentina – tem dificultado sobremaneira a definição de posições comuns para permitir o avanço de negociações desse tipo. Não se espera, a esse respeito, que o ingresso político dos novos associados bolivarianos venha a facilitar as coisas nesse terreno, muito pelo contrário: as perspectivas, portanto, são as de um Mercosul paralisado e introvertido, situação já configurada a partir do neoprotecionismo demonstrado pelos países membros a partir da crise de 2008 (na Argentina desde sempre) e que promete continuar vigente caso não ocorra uma mudança radical de política comercial.

Esta é, portanto, a avaliação que se pode fazer da política externa dos governos lulo-petistas, mas exclusivamente em relação aos objetivos diplomáticos estabelecidos pelo próprio chefe de Estado e seu chanceler, ao início do regime companheiro. Não é preciso, aqui, fazer menção a diversos outros elementos de continuidade, igualmente nítidos entre um governo e outro, e que tem a ver mais com a diplomacia partidária do que com opções de política externa que pudessem representar itens de uma agenda “normal” das relações

exteriores do Brasil.

O apoio incondicional a algumas das piores ditaduras do continente, e alhures, por exemplo, não figuraria na “agenda normal” do Itamaraty, em circunstâncias “normais” da política externa. O apoio irrestrito a vários candidatos tidos por progressistas, ou de esquerda, na região e fora dela, foi outra iniciativa que rompeu tradições bem assentadas no Itamaraty, e até alguns princípios constitucionais muito claros da tradição brasileira, como a não intervenção nos assuntos internos de outros países. Como explicar de outro modo, senão por uma diplomacia totalmente partidária, e ideologicamente comprometida com o chavismo militante, o envolvimento no caso da crise política em Honduras?

Como justificar o apoio repetido, continuado e incondicional, ao regime chavista, e a seu sucessor, em face de tantas violações às cláusulas democráticas da OEA e do próprio Mercosul? Como explicar a existência de empréstimos secretos bilionários, e todos os tipos de apoio financeiro, à mais velha ditadura do hemisfério americano, senão pelo comprometimento de vários membros do partido hegemônico com a filosofia e a história de um regime que encarna as piores violações dos direitos humanos e dos princípios democráticos na região?

Estes são elementos que também devem entrar em qualquer avaliação que se faça da política externa seguida nos últimos doze anos, fruto de uma diplomacia marcada pelas opções partidárias mais exacerbadas que foram dadas contemplar por um Itamaraty basicamente profissional, em toda a sua história, mas que foi submetido aos novos objetivos e opções do regime companheiro. Se houve alguma novidade na diplomacia do terceiro mandato do regime lulopetista foi a perda da pirotecnia anterior que era garantida pelo próprio chefe de Estado, com seu estilo peculiar de conduzir as relações exteriores do Brasil: diminuíram o ativismo, as iniciativas, e a diplomacia dita presidencial assumiu

contornos mais discretos; mas não se podem apontar elementos realmente novos nessa política externa. O que houve de novidade, como o ingresso “pleno” da Venezuela no Mercosul, por exemplo, já estava embutido nas propostas do governo anterior, cujas principais iniciativas diplomáticas – como as reuniões de cúpula entre chefes de Estado e de governo da América do Sul, por um lado, e seus contrapartes da África, e dos países árabes, de outro – ficaram mais ou menos “congeladas”, ou pelo menos sofreram sensível redução em seu ímpeto.

IA: Especialistas apontam que o Itamaraty foi ignorado na gestão Dilma. Concorda com essa afirmação?

PRA: Eu não diria isso, pois não se pode ignorar simplesmente um ministério que conduz uma agenda relevante nas políticas públicas do país. Talvez essa impressão seja o reflexo do modo de ser da presidente, que também não parece se relacionar muito bem com os líderes congressuais, com os representantes partidários, com empresários e líderes sindicais e de movimentos populares, como fazia, por exemplo, e com grande sucesso, seu antecessor. São traços de personalidade que definem toda uma gestão, e não apenas o relacionamento com o Itamaraty. Provavelmente uma menor empatia pelos temas internacionais tenha gerado essa imagem de um distanciamento entre a presidente e o Itamaraty, e claramente não havia, nunca houve, entre ela e seus dois chanceleres, o mesmo tipo de intimidade que ela pode ter exibido em relação a alguns de seus ministros mais próximos. Mas deve-se levar em conta, também, o fato de que a presidente nunca foi uma petista “fundadora”, e não parece ter gozado das mesmas alavancas de apoio no partido de que dispunham alguns companheiros “históricos”. Ou seja, outros ministérios setoriais podem também ter se ressentido do mesmo tratamento “distante” registrado, provavelmente, no

caso do Itamaraty.

Para saber se o Itamaraty foi realmente “ignorado” seria preciso fazer um levantamento preciso, primeiro, das dotações orçamentárias, e de sua distribuição e evolução ao longo deste mandato, depois dos compromissos inscritos na agenda do Itamaraty que a presidente eventualmente desdenhou ou não pretendeu assumir. Apenas a partir de uma avaliação objetiva desse tipo seria possível defender a tese explicitada na questão, a de que o Itamaraty foi “ignorado” na gestão Dilma. Em relação aos recentes cortes de verbas, aparentemente lineares e válidos para todos os ministérios, seria preciso saber se eles foram mais profundos no caso do Itamaraty do que nos demais órgãos da administração direta. Registre-se que o Itamaraty possui um perfil de gastos bastante modesto no conjunto da administração pública, mas que a maior parte deles é quase rígida, pois que correspondendo a compromissos e obrigações externas que não podem ser suprimidos ou reduzidos facilmente, sem mencionar o fator cambial, que pode ser muito negativo em caso de desvalorização da moeda nacional.

Caberia também considerar que os dois mandatos anteriores foram tão vistosos, tão resplandecentes, tão eloquentes em matéria de política externa e de diplomacia, que seria muito difícil, senão impossível, tentar estabelecer uma postura equivalente em qualquer outro governo, passado, presente ou futuro. Nunca antes na história do Brasil tivemos um presidente tão eloquente, tão verborrágico, tão envolvido em questões internacionais, talvez por gosto, mais provavelmente por alguma obsessão de fundo psicológico, alguma necessidade de afirmação, desejo de ganhar algum Prêmio Nobel – ao lado das dezenas de doutorados *honoris causae* jamais acumulados por qualquer outro político na face da Terra – ou outros sentimentos ainda mais obscuros para nossa condição de simples observadores da diplomacia lulista. Frente a ela, todas as demais se apagam em sua normalidade ou mediocridade: este é um fato da história política

recente do Brasil, independentemente do julgamento que se faça sobre o conteúdo daquela diplomacia e da avaliação objetiva que se tenha quanto aos resultados (ou falta de) de sua política externa.

Não obstante, considerados todos esses fatores, é muito provável, sim, que em função de peculiaridades individuais e pessoais, tenha ocorrido alguma falta de sintonia entre o Itamaraty e a presidente, inclusive porque existem certos rituais do cerimonial diplomático, ademais de constrangimentos derivados de situações externas que não podem ser facilmente administrados por apenas uma das partes, que reforçaram essa impressão de distanciamento entre a Casa de Rio Branco e a presidente. Pode-se dizer, em suma, numa linguagem goethiana e weberiana, que nunca existiram suficientes “afinidades eletivas” entre a presidente e a Casa de Rio Branco, embora isso possa ter ocorrido com outros presidentes também. Mas, o fato é que, vindo logo após o mais pirotécnico de todos os nossos presidentes, travestido de diplomata, ficava realmente difícil igualar certos padrões de comportamento, e até de compostura, no plano das relações exteriores do Brasil.

IA: Do que trata a sua nova obra intitulada *Nunca antes na diplomacia - a política externa em tempos não convencionais?*

PRA: Como explicado em nota de apresentação da Editora, o livro examina as ideias que estiveram por trás da diplomacia brasileira nas últimas duas décadas, as boas e as más, e discorre sobre como elas foram aplicadas às mais importantes questões da política externa brasileira no período. A obra se debruça, em primeiro lugar, sobre a formulação e a execução da diplomacia brasileira, tanto em perspectiva histórica, desde sua emergência no século XIX, como no contexto de sua implementação, nos anos do “nunca antes”. Mas ela

também faz, em segundo e mais importante lugar, uma defesa da diplomacia profissional, encarnada no e pelo Itamaraty, ao mesmo tempo em que apresenta uma visão crítica e um questionamento quanto aos resultados efetivos da diplomacia não profissional, implementada nesses tempos não convencionais, no ambiente regional e no âmbito internacional.

No livro, eu examino as iniciativas diplomáticas implementadas desde os últimos anos do século precedente e sigo as principais mudanças introduzidas desde o início do atual, registrando as continuidades e enfatizando as rupturas. Ocorreram mudanças significativas, sobretudo nos processos decisórios e nas preferências políticas, mas também nas orientações econômicas. O Mercosul, por exemplo, deixou de ser um espaço integrado de abertura econômica e de liberalização comercial para converter-se num empreendimento político, guiado mais por preconceitos ideológicos do que por considerações de natureza econômica, como era sua vocação original. A chamada diplomacia Sul-Sul tentou mudar as “relações de força no mundo” e inaugurar uma “nova geografia do comércio internacional”. A busca obsessiva por uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU esteve atrás de algumas iniciativas ambiciosas nestes anos, e algumas menos recomendáveis, como a aproximação com alguns regimes pouco frequentáveis, na região e alhures.

Ao tratar de todas essas questões, eu tenho plena certeza de estar nadando contra a corrente, obviamente na academia, e também no próprio ambiente governamental, mas não hesito, em nenhum momento, em defender posições do Itamaraty, quando constato certas práticas não convencionais que puseram em questão o respeito e a credibilidade de que ele sempre desfrutou, na região e no mundo. Quem quiser saber o que contém exatamente o livro, pode consultar este link em meu site, onde estão o sumário dos capítulos, bem como alguns trechos disponíveis (prefácio, apresentação): <http://www.pralmeida.org/01Livros/2FramesBooks/NuncaAntes2014.html>.

IA: Em termos mundiais, estamos a caminho de uma multipolaridade benigna?

PRA: Deixo aos especialistas acadêmicos, e aos cultores de modismos terminológicos, a tarefa de inventar algum conceito para caracterizar a época presente ou a que está sendo definida progressivamente, com a emergência relativa de novas potências econômicas e o declínio também relativo das “antigas”, ou “velhas”. A verdade é que nunca fui muito condescendente com esses esforços paradigmáticos em torno de alguma nova síntese genial dos tempos que correm; acho uma trivialidade, para não dizer uma tremenda banalidade, recorrer a conceitos como os de “crise”, de “transição” ou de “emergência de uma nova ordem”. O mundo e os responsáveis políticos são o que são, e sempre se estará em transição para alguma outra coisa, mesmo nas situações de aparente imutabilidade do “grande jogo” das grandes potências, que são as que determinam a agenda internacional e, aparentemente, o perfil da ordem política e econômica que é imposta a atores menos relevantes nesses cenários. Mas, as situações aparentemente imutáveis estão sempre mudando, pela dinâmica econômica, pelas transformações tecnológicas – que podem surgir mesmo a partir de atores ditos secundários ou periféricos – pelo confronto entre personalidades e atores políticos, que também têm o seu papel a cumprir na marcha da história.

O que parece mais ou menos correto de se dizer seria o seguinte: não teremos mais, na era nuclear, aquelas grandes confrontações globais que marcaram o mundo entre as guerras napoleônicas e a “segunda guerra de trinta anos” do século XX; seria praticamente impossível imaginar esse cenário na presença de vetores atômicos. O que vai continuar são as guerras por procuração – as *proxy wars* –, os conflitos inter-estatais de intensidade média, e os muitos enfrentamentos étnicos e políticos, que por vezes tomam o formato de “guerras

religiosas” (quando não o são, e sim sempre disputas por poder econômico ou político numa ordem estatal não integrada nacionalmente), sem falar nas misérias tribais, ou clânicas, que ainda vicejam em vários continentes. Vários dos conflitos militares e das violências cometidas em diferentes cenários têm origem em atores não-estatais – como o terrorismo, por exemplo, eventualmente com algum fundamento religioso – mais até do que em conflitos entre duas soberanias claramente caracterizadas. Para esses atores, os conceitos de multipolaridade, ou até de relações bilaterais, não possuem o significado que assumiu, na tradição ocidental, o sistema de Vestfália, e sequer se pode falar, portanto, de equilíbrio de poderes, no modelo de Viena, de Versalhes, de São Francisco, ou de um outro qualquer.

A “multipolaridade benigna”, evocada na formulação da questão, talvez queira dizer uma relação não de todo consensual, ou destituída de conflitos, mas pelo menos desprovida de enfrentamentos diretos, entre os grandes atores da atualidade, alguns “velhos” – não necessariamente “decadentes” – e outros “novos”, sendo que alguns são efetivamente novos – talvez como Índia e Brasil – e outros simplesmente “renascentes”, ou “ressurgentes”, como podem ser a Rússia e a China. Mas, multipolaridade implica a existência de algum “sistema”, ou alguma “ordem”, e não é certo que isso realmente exista. Temos, por certo, instituições internacionais, e até uma “coisa” chamada “direito internacional”, mas não é seguro que sejam eles que regem essa “ordem mundial”, aliás indefinida e/ou mutante. O que continua mesmo a valer é o poder, no entendimento tradicional dos realistas, de Maquiavel a Morgenthau e a Kissinger. Espíritos kantianos, ou até grocianos, gostariam que fosse diferente, mas a verdade é que não é. O poder primário ainda está nas mãos das mais potentes entidades identificadas com o conceito de Estado-nação soberano, uma realidade resiliente e que ainda deve pontificar no cenário internacional pelo futuro previsível.

E essa realidade só é “benigna” porque um mínimo de cálculo racional impede os atores mais relevantes de subirem aos extremos, dados os enormes custos, aliás imprevisíveis, de um enfrentamento direto. Mas os conflitos, as oposições, o jogo sujo entre os principais atores devem continuar com a mesma intensidade de sempre, ainda que disfarçados por uma aparente convergência de objetivos, agora que desapareceu o desafio socialista aos capitalismo realmente existentes. Um historiador famoso, Niall Ferguson, chegou a inventar o termo de “Chimérica” para significar a imbricação de interesses, senão de objetivos, entre a China e os EUA. Por certo, existe alguma dependência mútua, no plano dos mercados e das finanças, entre uma e outra parte, mas não se pode avançar a ideia de algum relacionamento benigno entre potências que possuem estratégias diplomáticas, militares, e até concepções filosóficas, bastante diferentes entre si. A Chimérica funciona muito bem para a exportação de produtos manufaturados chineses para os mercados da América, e também para o uso dos saldos correspondentes para financiar a voracidade de consumo dos americanos, mas fora disso ela é quase inexistente ou irrealista.

Imagino, outrossim, que o mundo continuará a ser tão anárquico quanto sempre foi, inclusive porque as paixões humanas – das mais “benignas” às mais egoístas, mais mesquinhas, e mesmo as mais destruidoras – continuarão aflorando nos mais diferentes contextos econômicos e sociais. A China do Império do Meio, o estado “weberiano” mais avançado durante algumas centenas de anos antes da modernidade ocidental, e o país mais inovador até o início da era moderna, decaiu praticamente durante mais de dois séculos, até ser invadida, humilhada e esquarterada, pelas potências ocidentais e pelo militarismo expansionista japonês, até se recuperar de forma surpreendente sob o comando dos novos mandarins do Partido Comunista; mas ela continua sendo, de certa forma, o que sempre foi: um império autocrático. O mesmo parece suceder com a Rússia, moldando uma espécie de neoczarismo em meio a um

capitalismo de traços mafiosos que dificultam sua plena reinserção na economia global. E, mais perto do Brasil, quem diria que a Argentina, o país mais avançado da América Latina até cem anos atrás – e mais rico, inclusive, que alguns países europeus – entraria numa lenta decadência da qual ela não parece perto de superar? Ao contrário, ela tem aprofundado uma erosão econômica quase tão grave quanto a da vizinha Venezuela, outrora um dos países de maior renda per capita na região.

O Brasil, finalmente, que foi, ao longo da maior parte do século XX, um dos países de mais rápido crescimento econômico, junto com o Japão, dentre as economias de mercado, parece condenado, como o país asiático, por sinal, ao lento crescimento derivado de uma poupança insuficiente para sustentar uma vigorosa, mas necessária, taxa de investimento, sem mencionar uma extremamente baixa capacidade de inovação tecnológica. Exibindo o dobro da renda per capita da Coreia do Sul meio século atrás, viu o pequeno país asiático acumular três vezes mais riqueza per capita desde então, o que certamente tem a ver com educação e propensão à inovação, justamente.

Existem, portanto, diferentes “multipolaridades” que são simplesmente definidas pela capacidade dos países de criar prosperidade para os seus povos, o que significa manter um processo de crescimento sustentado, com transformações produtivas, boa governança, alta qualidade dos recursos humanos e grande abertura ao comércio e aos investimentos estrangeiros. Tudo isso depende de lideranças esclarecidas, vale dizer, de estadistas que saibam definir as prioridades nacionais e lutar pelas reformas que todos os países devem constantemente fazer. Sob esses critérios, o Brasil parece ser, atualmente, um país infelizmente pouco dotado para empreender esse caminho de reformas e de ajustes às diversas ordens globais que se desenham no mundo: a da economia, a da inovação, a da excelência educacional, a da criatividade cultural, e sobretudo, a da defesa das liberdades democráticas e dos direitos humanos.

IA: Como avalia o ano de 2014, nas seguintes situações: Ucrânia, Rússia, Criméia - espionagem americana - estado islâmico, entre outros fatos internacionais marcantes?

PRA: Um ano certamente miserável, como demonstrado por qualquer balanço que inevitavelmente será feito pelos grandes veículos globais de informações e de comunicações, sobretudo aqueles mais identificados com países democráticos, que são também os mais prósperos. Não se esperem diagnósticos fiáveis sobre essas questões das ditaduras remanescentes, nem mesmo dos governos das democracias avançadas: estou falando de órgãos independentes, e inteligentes, como certos jornais globais – entre os quais eu destacaria, em primeiro lugar, a revista *The Economist*, que sempre faz esse tipo de balanço anual – ou certos *think tanks* independentes de governos (muito deles situados no coração do “império”, ou nos países da Europa ocidental, mas também em alguns em países asiáticos mais abertos). No Brasil há veículos da grande imprensa relativamente sensatos em suas posturas analíticas – descontando jornalistas engajados e acadêmicos idem – mas ela é geralmente acusada de reacionária, conservadora, ou até de “golpista” pelos neobolcheviques anacrônicos que pululam em certos partidos.

O ano será necessariamente miserável por todos esses exemplos mencionados, mas não exatamente pela espionagem americana, algo totalmente corriqueiro, normal, inevitável, e até esperado, em qualquer época, em qualquer lugar. Não se pode ser ingênuo a ponto de acreditar que, dispondo de capacidade própria, o Brasil não fizesse a mesma coisa, em circunstâncias parecidas. Aliás já o fez, continua fazendo, e não se eximirá de fazê-lo, sempre quando houver capacidade e decisão política. Quem se debruçar sobre a correspondência imperial nos países da bacia do Prata, saberá que nossa diplomacia usava de todos os recursos possíveis para saber o que se passava internamente aos

governos da região, sempre preocupada, como se dizia, com o equilíbrio nas duas margens do Prata, uma preocupação que por acaso levou a uma das mais terríveis guerras já conhecidas no continente (não certamente por culpa do Brasil, mas pelas loucuras geopolíticas de um ditador que se pretendia um novo Napoleão). O Brasil também recorreu à “diplomacia dos patacões”, para conquistar amigos nos governos de Montevideu e de Entre Rios e Corrientes, na luta contra Rosas e contra outros inimigos que justamente colocam sob ameaça o tal equilíbrio de poderes no Prata, de maneira não muito diferente, talvez, do que a usada pela “diplomacia do dólar” para influenciar políticos e conquistar alianças, antes e durante a Guerra Fria. Os interessados em saber um pouco mais a respeito da nossa “diplomacia dos patacões” podem ler um capítulo do meu livro *Formação da Diplomacia Econômica Internacional: as relações econômicas internacionais no Império* (o sumário está no meu site: <http://www.pralmeida.org/01Livros/2FramesBooks/80FDESenac2005.html>).

O ano foi, portanto, miserável por todos esses elementos, mas curiosamente, eu não me lembro de ter visto notas do governo brasileiro a respeito da maior parte deles, a não ser no caso da dita espionagem americana, que recebeu um tratamento mediático certamente superior ao que seria esperado em circunstâncias similares de outros eventos bem mais graves do cenário internacional, entre eles vários dos citados na questão. Deve ser uma questão de prioridades políticas e até diplomáticas, mas isso talvez seja pretexto para outras considerações em outra ocasião. Uma diplomacia profissional, provavelmente, tem prioridades diferentes das de uma diplomacia partidária...

Paulo Roberto de Almeida

Hartford, 2 de outubro de 2014